



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL UFFS
CAMPUS LARANJEIRAS DO SUL
CURSO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS
NATURAIS, MATEMÁTICA E CIÊNCIAS AGRÁRIAS – LICENCIATURA

CLEOMERE DE OLIVEIRA HOPICO

FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ESTUDO A PARTIR DO NÚCLEO
REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL

LARANJEIRAS DO SUL
2019

CLEOMERE DE OLIVEIRA HOPICO

**FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ESTUDO A PARTIR DO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção do grau de Licenciada ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientadora: Prof.(a) Dr.(a): Marciane Maria Mendes.

LARANJEIRAS DO SUL

2019

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Hopico, Cleomere de Oliveira
FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ESTUDO A PARTIR DO
NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL /
Cleomere de Oliveira Hopico. -- 2019.
60 f.:il.

Orientadora: DOUTORA Marciane Maria Mendes.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso
Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da
Natureza-Licenciatura, Laranjeiras do Sul, PR, 2019.

1. Educação do Campo. . 2. Escola do Campo. . 3.
Fechamento de Escola.. I. Mendes, Marciane Maria,
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.
Título.

CLEOMERE DE OLIVEIRA HOPICO

FECHAMENTO DAS ESCOLAS DO CAMPO: ESTUDO A PARTIR DO NÚCLEO
REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção do grau
de Licenciada ao curso Interdisciplinar em
Educação do Campo: Ciências Naturais,
Matemática e Ciências Agrárias, da Universidade
Federal da Fronteira Sul.

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

04 / 12 / 2019

BANCA EXAMINADORA

Marçiane Maria Mendes

Profa. Dra. Marçiane Maria Mendes – UFFS
Orientadora

Ana Paula Nahirne

Profa. Mestre Ana Paula Nahirne – UFFS

Rodrigo dos Santos

Prof. Mestre Rodrigo dos Santos – UNICENTRO

Dedico este trabalho ao meu esposo,
minha filha e meus pais que estiveram
sempre ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pelo dom da inteligência, por sempre ouvir minhas orações.

A Minha filha Nicolý, por todo carinho, por estar sempre ao meu lado, por me acompanhar a Universidade tantas vezes. Por todos os abraços nos momentos de choro e desespero desta caminhada. Te amo muito minha princesa! Essa conquista é nossa.

Ao meu esposo Claudinei, por todo o apoio psicológico e financeiro, por em tantos momentos não me deixar desistir. Por todos os momentos que mesmo sem saber o motivo me consolou, abraçou, cuidou. Obrigada Amor!

Aos meus pais, Antonio e Leni que tantas vezes cuidaram da Nicolý, que entenderam a minha ausência, mas que mesmo assim estavam sempre ao meu lado, por todo o carinho e amor. Amo muito vocês.

A minha irmã Cleomara, que muitas vezes largou o serviço para ouvir meus desabafos, pelas palavras de carinho e amizade. Por ser tão presente na minha vida e por ser essa tia especial.

Aos meus avós Benito e Elvira, pelas palavras de carinho, por sempre manter a família unida, por nos ensinar que se estivermos juntos tudo fica mais fácil, que Família é a base de tudo! Vô e Vó amo vocês!

A minha querida Orientadora e Professora Marciane Maria Mendes, pela sua compreensão, por compartilhar seu conhecimento, pela sua participação neste trabalho. Você é maravilhosa!

Aos membros da banca, professor Rodrigo dos Santos e Ana Paula Nahirne, pela colaboração neste trabalho.

Aos amigos e colegas de Universidade, em especial Luci, Alan, Jessica, Priscila, Halleson, pelos risos, choros, lanches, desesperos, cafés, caronas enfim por todos os momentos compartilhados.

Aos queridos tios Adelar e Rosely por cuidarem da Nicolý, pelo espaço em sua casa, tantas vezes, pelo apoio e carinho. Vocês tem um lugar especial em meu coração.

Aos cunhados Cristiano e Alessandra por serem esses tios maravilhosos, por serem amigos e pelo apoio prestado, por todas as jantas e risos. Obrigada!

Fechar Escola é Crime

Poema

Fechar Escola é Crime
Já viu tamanha verdade?
O mundo de quem oprime
Não soletra liberdade
Quando se entende a Escola
Em toda sua dimensão
Sonho, arte e compromisso
Nos trilhos da construção
Se entende de antemão
É construção de sujeitos
E não qualquer construção
São crianças brasileiras
São sujeitos de direitos
E muito mais que esmola
Direito de ter escola
E de levar na sacola
Sede de conhecimentos
A campanha está lançada
Vamos virar este jogo
Estudo não só pra ricos
Mas pra quem nasceu do povo
Educação é o caminho
Então fechar escola é crime
E quem fechou é criminoso

Zé Pinto

RESUMO

Esta pesquisa visa analisar o fechamento de Escolas Estaduais do Campo no Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, buscando compreender os impactos causados na comunidade. Para tanto realizou-se um levantamento de dados quantitativos que apontam o número de Escolas do Campo neste núcleo, bem como pesquisa bibliográfica verificando o histórico da Educação Rural/ do Campo, a legislação no Brasil e no Estado do Paraná, analisando o processo de fechamento de escolas, constata-se que o mesmo acontece em todo o país e que vários são os motivos que levam a este processo: êxodo rural, falta de políticas públicas para o campo, dificuldade no acesso à escola, política de transporte escolar, entre outros. Nota-se que muitas foram as conquistas da Educação do Campo, com leis, pareceres, diretrizes que levam a autonomia para a Escola do Campo, na elaboração de calendário escolar, Projeto Político Pedagógico e currículo próprio que deve ser construído com a ajuda da comunidade em que está situada a escola. Identifica-se que o Estado do Paraná avançou em prol da Educação do Campo, com debates, formação de professores, elaboração de material didático entre outros. Porém, percebe-se que neste Estado as Escolas do Campo continuam sendo fechadas, Observa-se que no Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, também ocorre o fechamento de Escolas do Campo, processo de redução de número de turmas. Reafirma-se a partir da pesquisa que fechar escola é crime, pois causa impactos na comunidade; estimulando o êxodo rural. A Escola do Campo faz parte da comunidade, tornando-se um espaço de referência, cabe aos gestores públicos garantir uma escola de qualidade no campo.

Palavras-Chaves: Educação do Campo. Escola do Campo. Fechamento de Escola.

ABSTRACT

This research analyzes the closure of State Rural Schools in the “Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul”. Seeking to understand the impacts caused in the community. For this purpose, a survey of quantitative data was carried out, indicating the number of schools in the field in this nucleus. As well as bibliographical research analyzing the historical context of Rural / Rural Education, the legislation in Brazil and the State of Paraná, analyzing the process of closing schools, shows that the same happens throughout the country and that there are several reasons that lead to this process: rural exodus, lack of public policies for the countryside, difficulty in access to school, school transport policy, among others. It is noted that many were the achievements of the Education of the Field, with laws, opinions, guidelines that lead to the autonomy of the School School, in the elaboration of school calendar, Pedagogical Political Project and own curriculum that must be built with the help of the community. where the school is located. It is identified that the State of Paraná has advanced in favor of Rural Education, with debates, teacher training, preparation of didactic material among others. However, it can be seen that in this state the Country Schools are still being closed, that the lack of public policies for the rural population contributes to the rural exodus, as a consequence an increasingly empty field and closed Country Schools. It is observed that in the “Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul”. there were no closed schools, on the other hand there are schools with a low number of students that are in the process of closing. It is believed that closing school is a crime because it impacts the community, students, families, school members. Faced with the closure of schools, the community, political leaders, the press must be communicated so that together they can find a solution and justifications for not closing the school.

Key-words: Country Education. Rural School. School closure.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1: Fechar escola é crime.:	52
FIGURA 2: Passos para impedir o fechamento de escolas do campo.	53

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ESCOLAS DO CAMPO-NRE/LARANJEIRAS DO SUL.	38
QUADRO 2: ESCOLAS DO CAMPO E NÚMERO DE ALUNOS-NRE/LARANJEIRAS DO SUL.....	41
QUADRO 3: ESCOLAS SITUADAS EM ASSENTAMENTOS	44
QUADRO 4: ESCOLAS INDÍGENAS DO NRE-LS.	46

LISTA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEB	Câmara da Educação Básica.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
CEE	Conselho Estadual de Educação
DCEC	Diretrizes Curriculares da Educação do Campo.
ENERA	Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária.
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
LDB	Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional.
MEC	Ministério da Educação e Cultura.
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
NRE	Núcleo Regional de Educação.
NRE-LS	Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul.
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.
PPP	Projeto Político Pedagógico.
PRONERA	Programa Nacional Da Reforma Agrária.
PRP	Programa Residência Pedagógica
PSS	Processo Seletivo Simplificado
PTD	Plano de Trabalho Docente.
SEED	Secretaria de Estado de Educação.
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul.
UFFS-LS	Universidade Federal da Fronteira Sul- Laranjeiras do Sul.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	14
2.	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO RURAL/ DO CAMPO	18
3.	EDUCAÇÃO/ ESCOLA DO CAMPO: A LEGISLAÇÃO	27
3.1	A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ.....	31
4.	ESCOLAS DO CAMPO NO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL.....	37
5.	O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS ESTADUAIS NRE LARANJEIRAS DO SUL.....	48
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

As Escolas do Campo enfrentam historicamente um processo de fechamento. Ao observá-las fechadas busco entender as causas, consequências e as dificuldades que os alunos estão enfrentando ao se deslocar de suas casas para estudar.

A experiência como educanda de uma escola do campo no interior do município de Nova Laranjeiras - PR, que percebia muitos de meus colegas que moravam a mais de vinte quilômetros da escola chegarem por meio de transporte escolar precário, além de trafegarem em estradas com má qualidade e acordarem muito cedo, despertou a curiosidade de saber quais são os motivos que levam ao fechamento das Escolas do Campo. Por que nuclearizar¹ o ensino para uma escola que nem sempre tem estrutura para atender tantos alunos?

Alguns anos se passaram desde que finalizei o Ensino Médio, agora concluindo o Ensino Superior percebo que as Escolas do Campo continuam sendo fechadas e que os alunos veem para às escolas situadas na cidade. Ao depender do transporte escolar percebo que as condições desse meio de transporte ainda são precárias. As estradas continuam de má qualidade e que os educandos levam cerca de duas horas no trajeto.

Segundo as diretrizes curriculares da Educação do Campo, “os sujeitos do campo têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (PARANÁ, 2006, p. 9).

Desta forma, é preciso levar em consideração o espaço “campo”, onde a escola está inserida, a realidade de cada aluno, buscando assim a participação e a parceria com a comunidade nas discussões e projetos dessa instituição.

As Diretrizes Curriculares da Educação do Campo descrevem que:

¹ Nuclearizar é o processo de encerrar as atividades em determinadas escolas com o objetivo de direcionar os educandos a outra centralizada em algum espaço que seja possível aglomerar número maior de alunos.

A concepção de campo tem o seu sentido cunhado pelos movimentos sociais no final do século XX, em referência à identidade e cultura dos povos do campo, valorizando-os como sujeitos que possuem laços culturais e valores relacionados à vida na terra. Trata-se do campo como lugar de trabalho, de cultura, da produção de conhecimento na sua relação de existência e sobrevivência (PARANÁ, 2006, p. 24).

Neste sentido, o campo é muito mais do que um local de plantio, onde vivem as pessoas atrasadas, onde a tecnologia não chega. Este é um espaço de trabalho na terra que alia cultura, valores, conhecimento, relações familiares, espaço com cultura e saberes próprios que deve ser respeitado e valorizado.

Nas diretrizes complementares da Educação do Campo homologada pela resolução n.º 2, de 28 de abril de 2008, no artigo 3º no parágrafo 1º expressa:

Os cinco anos iniciais do ensino fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos alunos em deslocamento a partir de suas realidades (PARANÁ, 2008).

No artigo 4 da mesma diretriz é possível observar o que está disposto sobre a distância percorrida:

Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos alunos na menor distância a ser percorrida. Parágrafo único. Quando se fizer necessária a adoção do transporte escolar, devem ser considerados o menor tempo possível no percurso residência-escola e a garantia de transporte das crianças do campo para o campo (PARANÁ, 2008).

Percebe-se que a distância que será percorrida pelo educando para chegar até a escola deverá ser a menor possível. Porém como este transporte fica a cargo do município, que acaba contratando empresas privadas para realizar este serviço, a distância percorrida pelos educandos nem sempre segue o que está prevista em lei, sem contar as condições de transporte escolar e estradas.

Sendo assim, a Educação do Campo é mais do que escola. Nos remete a questão e condição de trabalho de professores e equipe pedagógica, bem como a importância da formação inicial e continuada para os mesmos, estando direcionada aos sujeitos do campo (SOUZA, 2009, p.51).

Discutir o fechamento das escolas do campo nos leva a algumas indagações: como será o acesso à outra escola? O sistema de transporte é de qualidade? Em dias de chuva será possível chegar à escola? Por meio de transporte escolar? Sendo assim, quem fornecerá este transporte: Estado ou Município? Quantas horas serão necessárias para o trajeto de casa até a escola? O cansaço do percurso pode afetar o aprendizado? Que horas os educandos sairão de casa? O direito à educação requer menção ao direito de acesso e permanência na escola (SOUZA, 2009, p.50).

Diante deste contexto e a partir da vivência acadêmica da educanda, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar as razões que fundamentam o fechamento das Escolas Estaduais do Campo do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, buscando compreender os impactos causados na comunidade.

Para tanto, como objetivos específicos pretende-se realizar levantamento de dados quantitativos que apontam número de Escolas do Campo do Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, buscando compreender como ocorre o processo de fechamento das escolas.

O presente trabalho se divide em quatro capítulos, sendo que no primeiro buscaremos analisar o histórico da Educação Rural/ do Campo. Diante disso no segundo capítulo abordaremos sobre A Educação/Escola do Campo: a Legislação no Brasil e no Estado do Paraná. Contudo, no terceiro capítulo situaremos a Educação e as Escolas do Campo no Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul (NRE). No quarto capítulo falaremos sobre o processo de fechamento das Escolas Estaduais do Campo do NRE de Laranjeiras do Sul.

Nas considerações finais retomaremos as discussões das políticas públicas da Educação do Campo para analisar o que mudou diante de documentos e leis que foram criadas para estas escolas.

O trabalho procura contextualizar as relações das escolas com a região abrangente do NRE-LS, por meio da pesquisa com levantamento de dados

quantitativos, associado a análises que possam explicar o movimento que acontece no campo levando as escolas a serem fechadas.

Atrelado aos referenciais teóricos de Arroyo (2011), Caldart (2009), Leite (2002), Molina (2012), Frigotto (2010), Costa e Silva (2006), Seganfredo (2014), Pereira (2017), Mendes (2009), Moraes (2013), que sustentam a pesquisa empírica, buscaremos uma conversa informal com o/a responsável pelo setor de Educação do Campo no NRE-LS. Expondo as fragilidades e os desafios em torno dessa temática, estimulando a reflexão sobre o fechamento de Escolas do Campo, com intuito de contribuir nessas discussões.

1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO RURAL/ DO CAMPO

A educação Rural no Brasil é tratada como um resíduo do sistema educacional brasileiro, pois à população do campo foi negado o acesso aos avanços das últimas duas décadas, bem como o reconhecimento e o direito a Educação Básica. (SILVA JUNIOR; NETTO, 2011 p. 47). Para Leite (1999, p. 14):

A educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade (Anônimo)

Para tanto é preciso lembrar que nesta época a maioria da população residia no campo. Essas pessoas precisavam de educação escolar assim surgiram as escolas rurais no Brasil, construídas pelas próprias comunidades que se organizaram para garantir a educação de seus filhos, estas escolas tiveram o apoio de Igrejas, movimentos sociais, sindicatos comprometidos com a Educação Popular² (SILVA JUNIOR; NETTO, 2011 p. 47).

A educação, no meio rural, não se constituiu, historicamente, em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, em especial, a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral. Esse fato contribuiu para o acelerado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950. O êxodo rural foi resultado de dois fenômenos: expulsão e atração. A expulsão, no caso brasileiro, aconteceu decorrente da modernização do campo, que privilegiou os grandes latifundiários, não incluindo o agricultor familiar. E a atração que as cidades exerceram no processo de industrialização (SILVA JUNIOR, NETTO, 2011 p. 47)

² Educação Popular decorre do modo de produção da vida em sociedade no capitalismo, na América Latina e também no Brasil, e emerge a partir da luta das classes populares ou dos trabalhadores mais empobrecidos na defesa de seus direitos; dependendo da organização na qual se congregam, os trabalhadores chegam inclusive a defender e a lutar pela construção de uma nova ordem social. A educação popular vai se firmando como teoria e prática educativas alternativas às pedagogias e às práticas tradicionais e liberais, que estavam a serviço da manutenção das estruturas de poder político, de exploração da força de trabalho e de domínio cultural. Por isso mesmo, nasce e constitui-se como “Pedagogia do oprimido”, vinculada ao processo de organização e protagonismo dos trabalhadores do campo e da cidade, visando à transformação social (PALUDO, 2012 p. 280).

Pode-se observar que o esvaziamento da população do campo acontece há anos, seja por falta de trabalho, condições de sobrevivência ou de acesso a essas localidades. Muitas dessas famílias saem do campo quando seus filhos ingressam no Ensino Fundamental, para que seja mais fácil o acesso à escola, enquanto isso os jovens também deixam o campo para poder estudar. Este esvaziamento acarreta na superlotação nas cidades e o campo cada vez mais vazio.

Os problemas do sistema educacional brasileiro são muitos, entretanto na Educação Rural é mais complexa, visto que estas instituições buscam direitos básicos. Ao analisar a Lei 5.692/1971, Leite (1999), afirma que a educação rural não foi focalizada ou enfatizada e, sim, destituída de sua identidade. Desde 1960 buscam-se programas educacionais via Ministério e Conselhos de educação, porém fica difícil estabelecer uma política específica para a escolaridade em regiões rurais (LEITE, 1999, p. 26).

Com o Golpe militar³ que ocorreu em 1960 a educação sofreu mudanças. Este período é caracterizado por uma reforma educacional centralizada e excludente. Leite (1999), lista três intenções implícitas da Lei Federal 5.692/1971:

a) Utilização do processo escolar, em todos os níveis de escolaridade, como meio de propagação, de divulgação e penetração do ideário nacionalista-militar do Estado, isto é, fazer prevalecer a ideologia empresarial-estatal; b) Controle político-ideológico-cultural, principalmente da classe operária, através da profissionalização e do currículo escolar mínimo desprovido de um conteúdo crítico-reflexivo; c) Recriação de infraestrutura material e de recursos humanos adequados ao desenvolvimento do capital e da produção (p. 26).

Neste momento as pessoas são vistas apenas como mão-de-obra, sendo a educação pensada no sentido de produção.

As reações contra o autoritarismo do golpe militar cresceram em 1970. Neste momento surgem novas oportunidades para a escola rural, que passa a ser pensada na perspectiva crítica. As discussões se acentuaram com o debate e a aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Para Leite (1999), a LDB promoveu a desvinculação da escola rural

³ Optou-se por usar a nomenclatura da área da Educação.

dos meios e da performance escolar urbana, exigindo da escola rural um planejamento ligado à vida rural e, de certo modo, desurbanizado (SILVA JUNIOR; NETTO, 2011, p. 49.).

A partir desse momento a Educação Rural passa a ser pensada como um direito dos povos que residem no campo, buscando-a como um direito social, levando em consideração, a especificidade dos povos que residem no campo.

A política de Educação do Campo busca reconhecer que a cidade não é superior ao campo, busca relações de horizontalidade e solidariedade entre campo e cidade. O campo é, acima de tudo, espaço de cultura singular, rico e diverso. Assim, é importante a superação da dicotomia entre o rural e o urbano (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

Entretanto isso não acontece, o campo ainda é visto como atrasado, as escolas não possuem um currículo adaptado para seu espaço, ou seja, ainda seguem o modelo das escolas da cidade. Os professores dificilmente conseguem se relacionar com a comunidade, os mesmos dirigem-se as escolas para lecionar suas aulas e voltam para suas casas, sequer buscam aproximar seus conteúdos à realidade do campo.

Para Silva e Costa (2006) é importante diferenciar o paradigma⁴ de Educação Rural e Educação do Campo. Para as autoras a Educação Rural apoia-se em uma visão tradicional do espaço rural no país. Não se propõe a fazer as inter-relações emergentes da sociedade brasileira, nem incorporar as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais, que exigem a valorização das especificidades do meio rural.

Sendo assim, este tipo de educação torna-se um instrumento de reprodução, onde os trabalhadores rurais bem como suas técnicas, são vistas como improdutivos excluídos e seus territórios não são entendidos como espaços de vida.

Desta maneira, o campo é visto como um espaço de vida e resistência, pois as pessoas que ali estão lutam pelo acesso à terra. A Educação do Campo leva em

⁴ Segundo as autoras Silva e Costa (2006), paradigma é entendido como o conjunto de referências, e valores, conhecimentos que se consolidam na comunidade científica, são incorporados por diferentes instituições e se transformam em um projeto de desenvolvimento territorial. Ele tanto seleciona o que interessa quanto exclui o que não reconhece como verdadeiro para si.

consideração estes sujeitos bem como seus conhecimentos, isso aproxima o educando da escola, despertando no mesmo o interesse por aprender, visto percebe que seus conhecimentos são levados em consideração (CALDART, 2009, p. 40).

É neste contexto que a Educação do Campo se fortalece e surge em um determinado momento e contexto histórico. Este é um movimento com fins e objetivos práticos, que expressa e produz concepções teóricas críticas e determinadas à política de educação buscando orientar as lutas concretas (CALDART, 2009, p. 40).

Desta maneira, a Educação do Campo tem sua origem com os trabalhadores do campo, os “sem trabalho”, os “sem-terra”, mas que estavam dispostos a lutar por uma educação de qualidade.

Talvez esta seja a marca mais incômoda da Educação do Campo e sua grande novidade histórica: os sujeitos que se põe em cena como construtores de uma política de educação e de uma reflexão pedagógica. Estes sujeitos são trabalhadores que buscam uma política de educação com interesse social das comunidades camponesas, uma educação que reconheça o espaço, a cultura e conhecimento (CALDART, 2009, p. 41).

A educação que os povos do campo buscam vai além da sala de aula, do livro didático, que dita o que o aluno pode ou não aprender, sendo ele o mesmo para Escolas do Campo e da cidade, para educação quilombola e indígena. É o mesmo livro didático para todos os níveis, porque todos devem ter o mesmo conhecimento, devem ser ensinados a trabalhar e produzir.

Como pensar uma educação que não leve em consideração apenas o livro didático? Que olhe para o sujeito? Que considere o aluno e o seu aprendizado? Um currículo que considere o local onde a escola está inserida? Esta é a educação pensada pelos movimentos sociais, que considera o local em que estes sujeitos estão inseridos, a experiência do seu dia-a-dia, a relação escola, professor, aluno e comunidade em que todos decidem juntos para o bem da escola.

Neste contexto pergunta-se por que Educação “do” campo? Porque vem deste protagonismo dos trabalhadores, que lutam por direitos, que buscam uma educação que leve em consideração o sujeito e o espaço onde vive, ou seja, esta educação precisa ser construída através do processo de formação de sujeitos, na formação de

professores dispostos a entender o campo como um espaço de vida e de valores. Nascendo como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo (CALDART, 2009, p. 41).

Desta maneira diferenciamos “no” e “do” campo. No campo: “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive” (KOLLING, CERIOLIE, CALDART, 2002, p. 26), e do campo: “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. (CALDART, 2012).

Entendemos a Educação do Campo como uma educação que valoriza o sujeito e espaço onde está inserida.

Outro desafio é pensar na formação desses professores, se nem sempre os mesmos tem relação direta com o campo, pois muitos dirigem-se para o campo apenas no período de suas aulas. Acredita-se que para melhorar a Educação do Campo é preciso formar professores por área de conhecimento, para que os mesmos permaneçam mais tempo na escola.

Segundo Molina e Sá, (2012, p. 468) “habilitar docentes por área de conhecimento, busca ampliar as possibilidades de oferta da educação básica no campo, especialmente no que diz respeito ao Ensino Médio.” Para tanto, esta organização dos componentes curriculares está dividida em quatro áreas: Linguagens (expressão oral e escrita em Língua Portuguesa, Artes, Literatura); Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias.

A organização por área de conhecimento, busca superar a fragmentação do modelo disciplinar que está presente nas escolas. Onde acredita-se que o educando, não associa por exemplo o conhecimento da matemática com a química, ou física. Por outro lado, nos questionamos como pensar uma formação por área de conhecimento se ainda estamos amarrados ao modelo disciplinar?

O futuro docente precisa ter garantido em sua formação o domínio das bases das ciências a que correspondem às disciplinas que compõem a sua área de habilitação. Mas sua formação não pode ficar restrita às disciplinas convencionais da lógica segmentada predominante nos currículos tanto da educação básica quanto da educação superior. Ela deve incluir a apropriação

de conhecimentos que já são fruto de esforços interdisciplinares de criação de novas disciplinas, para que esses sujeitos possam se apropriar de processos de transformação da produção do conhecimento historicamente já conquistados (MOLINA, SÁ, 2012.p 471).

Portanto, nesta formação o objetivo central é o conhecimento, bem como o domínio de conteúdo na área de formação.

As discussões em preparação para a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, iniciaram-se em agosto de 1997, logo após o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em julho daquele ano. Neste evento algumas entidades⁵ desafiaram o MST a levantar uma discussão mais ampla sobre a educação no meio rural brasileiro. Sendo assim, a expressão Educação do Campo surge como Educação Básica do Campo, na preparação para a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que foi realizada em Luziânia, Goiás, de 27 a 30 de julho de 1998. Esta modalidade passou a ser chamada Educação do Campo em preparação para o Seminário Nacional, realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002. Nos debates da II Conferência Nacional, realizada em julho de 2004 esta decisão é reafirmada (CALDART, 2012, p. 260).

Em meio a estas discussões surge o Programa Nacional da Reforma Agrária (PRONERA), que em 1998 é instituído pelo Governo Federal continuando em vigência até hoje (CALDART, 2012, p. 260).

A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento. Ao afirmar a luta por políticas públicas que garantam aos trabalhadores do campo o direito à educação, especialmente à escola, e a uma educação que seja no e do campo, os movimentos sociais interrogam a sociedade brasileira: por que em nossa formação social os camponeses não precisam ter acesso à escola e a propalada universalização da educação básica não inclui os trabalhadores do campo⁶? Uma interrogação que remete à outra: por que em nosso país foi possível, afinal constituir diferentes mecanismos para impedir a

⁵ As entidades que apoiaram o I ENERA, junto com o MST, também foram as promotoras da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Universidade de Brasília (UNB), por meio do Grupo de Trabalho em Apoio à Reforma Agrária.

⁶ Segundo o censo agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), no Brasil, 30% dos trabalhadores rurais são analfabetos e 80% não chegaram a concluir o Ensino Fundamental.

universalização da educação escolar básica, mesmo pensada dentro dos parâmetros das relações sociais capitalistas? (FRIGOTTO, 2010, p. 29).

Como já foi visto a luta pela Educação do Campo surgiu há muitos anos, em 1943 o Brasil é considerado um país de origem Agrária. A maioria da população residia no campo. Qual o motivo desta modalidade de ensino ficar esquecida por tantos anos e com tantos debates que norteiam esta educação? Acredita-se que políticas públicas⁷, sejam necessárias para que a Educação do Campo seja valorizada, no entanto já ocorreram conferências e debates, mas pouco ou quase nada mudou nas Escolas do Campo.

Após a II Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em julho de 2004, com mais de mil participantes, que representaram diferentes organizações sociais, escolas de comunidades camponesas ampliando os sujeitos que participam dessa luta. Participaram 39 entidades, entre eles representantes de órgãos de governo, organizações não governamentais, organizações sindicais de trabalhadores rurais e de professores, além dos movimentos sociais camponeses, que assinaram a declaração ao final da conferência. É neste contexto que surge a Articulação Nacional Por uma Educação do Campo (CALDART, 2012, p. 261).

Novamente este debate reúne grupos que estão preocupados com o futuro das escolas do campo, que retomam o assunto políticas públicas para esta localidade e instituições. Com a criação de mais um movimento em prol da modalidade Educação do Campo, que aos poucos começam a ver resultados de suas discussões.

O Conselho Nacional de Educação na Câmara de Educação Básica através da resolução CNE/CEB 1 de Abril de 2002 instituiu as Diretrizes operacionais para a educação básica das escolas do campo, segundo o Art. 2º parágrafo único dessa diretriz:

⁷ Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/_O_que_sao_PolíticasPublicas.pdf acesso em 22/11/2019).

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (BRASIL, 2002, p.32)

Desde 2004 até hoje a Educação do Campo busca seu espaço, sim já houve algumas conquistas em políticas públicas, em Cursos⁸ de Educação do Campo⁹, em reconhecimento e aprovação em alguns Governos de Estado que apoiam a Educação do Campo, mas ainda há muito a se fazer, escolas do campo continuam sendo fechadas, seja por falta de recursos ou falta de alunos. Mas como combater esse esvaziamento do campo quando o modelo de agricultura que predomina é o Agronegócio com grandes latifúndios e monocultivo?

⁸ Os cursos de licenciatura em Educação do Campo, que foram criados a partir de 2008, no edital 23/04/2008, pelo Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo - é uma iniciativa do MEC, por intermédio da Secad, com apoio da Secretaria de Educação Superior – SESU, e execução financeira do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, em cumprimento às suas atribuições de responder pela formulação de políticas públicas de valorização da diversidade e promoção da equidade na educação. O Procampo apoiará projetos de cursos de licenciatura específicos em Educação do Campo que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da Educação do Campo e o estudo dos temas relevantes concernentes às suas populações. Os projetos apoiados deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo (BRASIL, 2008, p. 01).

⁹ A Universidade Federal da Fronteira Sul- Campus Laranjeiras do Sul possui dois cursos de Educação do Campo. Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Naturais, Matemática e Ciências Agrárias – Licenciatura: O curso é ofertado na modalidade presencial, com duração de 9 semestres (4,5 anos) e carga horária total de 3.405 horas. Oferece 50 vagas em processo seletivo anual, sendo uma entrada no período noturno no 1º semestre. O curso pretende formar profissionais da educação comprometidos com o desenvolvimento educacional, cultural, social e econômico, bem como docentes qualificados para atuar na docência, prioritariamente em escolas do campo na(s) área(a) de formação proporcionada(s) pelo curso, capacitados para promover a gestão de processos educativos escolares e não escolares no/do campo e capazes de iniciativas que promovam e qualifiquem o processo educacional de modo geral e do campo, fortalecendo a relação entre o ensino das ciências da natureza e da matemática e o contexto (físico, geográfico, cultural e econômico) do campo brasileiro.

E o curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura: O Curso tem como objeto a escola de educação básica do campo, com ênfase na construção da educação escolar e do trabalho pedagógico para os Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Pretende graduar e habilitar profissionais na educação fundamental e média que ainda não possuem a titulação mínima exigida pela legislação educacional em vigor, quer estejam em exercício nas funções docentes ou atuando em outras atividades educativas não escolares junto às populações do campo. Sendo assim, o curso tem a intenção de preparar educadores para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno (disponível em: <https://www.uffs.edu.br/campi/laranjeiras-do-sul/cursos/cursos/interdisciplinar-em-educacao-do-campo> acesso em 22/11/2019).

Acredita-se que este tipo de agricultura contribui para que o campo se esvazie. Os moradores que tem pouca terra e dependem de outro trabalho, além do de sua propriedade, acabam sendo substituídos por máquinas que cada vez são mais modernas, dependendo de poucas pessoas para operá-las.

Acredita-se que para manter a Escola do Campo no campo, é preciso dar condições de moradia e trabalho para as pessoas que ali residem, bem como respeitar o campo como espaço de vida, cultura, valores, de gente que busca seu reconhecimento e respeito na sociedade. Todavia com a modernização e a falta de empregos, fica difícil a permanência das pessoas e principalmente jovens no campo, que por falta de trabalho acabam deixando suas famílias e terras, em busca de emprego nas cidades.

O capítulo seguinte irá abordar a Educação do Campo e a Escola do Campo no que compete a legislação, amparada pelas leis e por alguns autores. Primeiramente trabalharemos com a legislação no Brasil, após comentaremos sobre a legislação no Estado do Paraná.

2. EDUCAÇÃO/ ESCOLA DO CAMPO: A LEGISLAÇÃO

Iniciaremos abordando sobre a legislação no Brasil com ênfase a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, vigente até os dias atuais, que aborda a educação como direito da população e dever do Estado, sendo promovida pelos entes federados e familiares. Como expresso no art. 205º:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Sendo assim todos têm direito a educação, que deve ser promovida independentemente da localidade em que estão situadas as escolas e os sujeitos

No Brasil, todas as constituições contemplaram a educação escolar, merecendo especial destaque a abrangência do tratamento que foi dado ao tema a partir de 1934. O Brasil era considerado um país de origem agrária, e a educação rural não foi mencionada nos textos constitucionais de 1824 e 1891, o que evidencia o descaso com essa modalidade de educação. (BRASIL, 2012)

Apesar do país ter sido considerado agrário, tendo nas constituições o direito a educação garantido, nos deparamos com Escolas do Campo com falta de estrutura para alunos e professores, com dificuldade no transporte escolar e acesso as mesmas. As ideias do movimento renovador em 1934 expressa uma relação de forças, que vem da insatisfação de vários setores da sociedade. É neste período que ocorrem reformas educacionais e a responsabilidade do poder público com o atendimento escolar do campo passa a estar previsto em lei.

Art. 156. A União, os Estados e os Municípios aplicarão nunca menos de dez por cento e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos.

Parágrafo único. Para realização do ensino nas zonas rurais, a União reservará, no mínimo, vinte por cento das cotas destinadas à educação no respectivo orçamento anual (BRASIL, 1988).

Desta maneira, o direito a recursos para escolas da cidade e escolas do campo está previsto em lei. Entretanto, isso não muda a luta dos povos do campo que continuam buscando uma educação voltada a sua realidade que leve em consideração o espaço, cultura, conhecimento, calendário agrícola. Desta maneira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) assegura o direito de educação a todos, inclusive o povo do campo, como previsto no art. 28:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologia apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

A LDB garante aos educandos do campo um calendário e conteúdos adaptados à sua realidade, porém na prática isso não acontece, porque todas as escolas seguem um mesmo calendário escolar que é definido pela SEED, com exceção de feriados municipais. No que diz respeito aos conteúdos, nem sempre é levado em consideração a especificidade das escolas do campo.

Por outro lado manter uma escola no campo custa caro, e por vários motivos estas escolas são fechadas e crianças e jovens destas comunidades¹⁰ passam a estudar em escolas situadas na cidade. Se deslocam com transporte público ou terceirizado pelo município, sendo que este transporte nem sempre está em boas condições. Algumas vezes, a quantidade de assentos disponíveis é menor que o número de alunos que estão no ônibus. Sem contar o tempo de deslocamento desses jovens e a distância que os mesmos percorrem para chegar de casa a escola (LENARTOVICZ, 2017).

¹⁰ Agrupamento de pessoas que vivem dentro de uma mesma área geográfica, rural ou urbana, unidas por interesses comuns e que participam das condições gerais de vida.

O que esse deslocamento acarreta no aprendizado? Os alunos que precisam se deslocar para as escolas da cidade saem de suas casas muito cedo cerca de duas horas antes de estar na escola. Sendo assim, eles passam um tempo considerável dentro do transporte escolar.

As estradas são mantidas pelo município, mas nem sempre apresentam boas condições de trafegabilidade, muitas vezes quando chove o transporte escolar não se desloca, esta realidade ainda acontece em muitas escolas do campo e também da cidade. Como ex-bolsista do PIBID¹¹ acompanhei de perto esta realidade, visto que dependíamos do transporte que levava os alunos. Como consequência os alunos perdem conteúdo. Nestes dias nas Escolas do Campo os professores não ministram suas aulas, pois a maioria dos educandos não vem devido à chuva.

Mas ainda é preciso lembrar que, apesar das Escolas do Campo serem essenciais para quem vive e trabalha no campo, está escola ainda continua centrada no modelo de escola urbana. Quando se fala em Educação do campo vale ressaltar que estes educandos têm direitos garantidos em leis para a educação, levando em consideração sua realidade, e o aprendizado que levam de sua casa. Para Souza e Meireles (2014, p. 72):

As escolas rurais, de modo geral, desde o seu surgimento, centram-se num modelo de educação com princípios e políticas voltadas para a educação urbana. Trata-se, pois, de uma lógica urbana transferida para a escola rural, atentando para uma perspectiva que desconsidera o contexto rural e cultura local. Nesse sentido, a educação rural, foi e ainda hoje, é marcada por uma visão urbano-centrada que desvaloriza, desqualifica e por vezes negligencia as especificidades e singularidades do espaço rural. Trata-se de uma educação, vista preponderantemente pelos diversos governos brasileiros como simplesmente um prolongamento/transferência da escolarização urbana [...].

É preciso repensar a Educação do Campo, não adianta ter leis, políticas públicas, decretos, debates e discussões acerca desta modalidade de ensino se no chão da escola ainda temos o prolongamento da educação urbana, as metodologias de ensino são as mesmas, o calendário escolar não está adaptado a esta modalidade

¹¹ Programa institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) projeto da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desenvolvido em parceria com a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

de educação. Como fazer isso? Pensando Projetos Políticos Pedagógicos, calendário e currículo escolar juntamente com os povos do campo com a comunidade escolar, para que eles possam falar sobre suas necessidades e buscar juntos soluções para superar os desafios da Educação do Campo.

Considera-se que isso não dará conta de suprir o *déficit* da Educação do Campo, mas auxiliará a buscar soluções para seu enfrentamento. Por outro lado, também é preciso pensar na formação de professores, pois não resolve adaptar PPP e currículos escolares se o educador chegar a escola e continuar seguindo o livro didático, continuaremos prolongando a escolarização urbana.

Como formar professores comprometidos com a Educação do Campo? Pensamos que a melhor maneira é a formação continuada, cursos de Educação do Campo que mostrem a importância desta modalidade de ensino. Mas principalmente precisamos de concursos públicos específicos para as escolas do campo, pois assim garantiremos que o professor permaneça mais tempo na escola, que conheça melhor a comunidade estabelecendo vínculo com ela.

3.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PARANÁ

A expressão Educação do Campo, se afirma nos espaços governamentais com políticas públicas a partir da década de 1990, “A sociedade civil organizada foi convocada pelos governos para participar de processos e experiências do tipo parceria na busca de soluções de problemas como o analfabetismo e a assistência social” (SEGANFREDO, 2014, p.94).

Em 1930, criou-se o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em que de 2003 a 2011 o governo¹² abriu espaço para a construção de políticas públicas, voltadas aos sujeitos do campo” (MUNARIM, 2006).

[...] entre os próprios sujeitos sociais e nas suas relações com o Estado, eles reivindicuem a ação do Estado como educador, mas procurem, ao mesmo tempo e a partir de suas próprias experiências pedagógicas, informar e mesmo influir diretamente nessas ações que se dão dentro do sistema público (MUNARIM, 2006, p. 17).

Camila Casteliano Pereira (2017), em sua dissertação de mestrado intitulada: A política de fechamento de escolas no campo na região metropolitana de Curitiba, traz um debate sobre o motivo que são fechadas as Escolas do Campo, remetendo ao processo de nuclearização de escolas, bem como o transporte escolar. Ela menciona ainda sobre a luta dos povos do campo para permanecer no campo e os motivos para não se fechar Escolas do Campo.

Nesta dissertação a mesma apresenta a importância da Educação do Campo e os debates que ocorreram e ocorrem a cerca desta modalidade, trazendo um debate e dados recente das escolas do campo no Estado do Paraná, mostrando que este Estado avançou nas discussões, nas leis, decretos entre outros. Porém ainda temos escolas do campo que são fechadas. Segundo Pereira (2017, p. 66), “A Educação do Campo é do campo, “sua origem está na prática social dos movimentos sociais e não

¹² O autor refere-se ao presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, vinculado ao Partido dos Trabalhadores (PT), que permaneceu de 1 de janeiro de 2003 a 1 de janeiro de 2011.

pensada a partir da esfera governamental”, porém os direitos sociais devem ser garantidos desde a esfera pública.

É neste contexto que começam a surgir no Estado do Paraná, as primeiras experiências em relação a Educação do Campo, o Programa Escola “Gente da Terra” criado em Novembro de 1991, busca um atendimento diferenciado para indígenas, assentados, assalariados rurais, entre outros. Este programa desenvolveu cerca de 250 reuniões, realizadas em assentamentos e áreas indígenas do Estado do Paraná, os encontros visavam a necessidade e prioridade que deveria ser atendida pela Secretaria de Educação, numa parceria com as prefeituras (PARANÁ, 1995, p. 9). Logo após em 1999 surge o PRONERA com atendimento de 1.477 alunos.

Nesta perspectiva, iniciam-se os encontros do estaduais da Educação do Campo, que ocorrem em todo Estado, segundo Seganfredo (2015, p 17) o I Encontro¹³ ocorreu em 1998, neste encontro falou-se sobre a necessidade de materializar políticas voltadas à produção da vida dos seus sujeitos, bem como a compreensão da educação, como componente fundamental ao trabalhador do campo.

Marciane Maria Mendes (2009) descreve em sua dissertação de mestrado as inquietações em relação a Educação do Campo, do ponto de vista de professores que atuam nas escolas do campo. A mesma traz relatos de oito anos de atuação frente a coordenação de Educação do Campo no Paraná, no âmbito de políticas públicas desenvolvido por este Estado, bem como os encontros e materiais didáticos que contribuem para a Educação do Campo.

Segundo Mendes (2009) no Paraná, em 2000, os movimentos sociais do campo propõem e constituem a Articulação Paranaense de Educação do Campo, composta por organizações e movimentos sociais do campo. Na sequência, realizam a II Conferência Estadual por uma Educação Básica do Campo, na cidade de Porto Barreiro/ PR, momento em que é construída a Carta de Porto Barreiro.

Essa ausência de Políticas Públicas dificulta sobremaneira a construção de uma educação de qualidade pelos povos do campo (pequenos agricultores, agricultores familiares, camponeses, assentados, sem-terra, posseiros, assalariados, vileiros, indígenas, quilombolas e atingidos por barragens). Na

¹³ Encontro Estadual Por Uma Educação Básica do Campo, realizado em Curitiba de 26 a 28 de junho de 1998.

inexistência das políticas públicas, nasceram diversas experiências que estão construindo propostas de uma educação do campo (PORTO BARREIRO, 2000).

A carta de Porto Barreiro elaborada com a comunidade, identifica a falta de políticas públicas para a Educação do Campo. É neste momento que surge a partilha de experiências que ajudam a construir a proposta de Educação do Campo.

É neste sentido, que surge em 2003 na SEED, a Coordenação da Educação do Campo, para Mendes (2009, p. 34) “este espaço é para ser de diálogo entre o poder público e a sociedade civil organizada”.

Ela acrescenta que:

A criação da Coordenação da Educação do Campo determinou novas perspectivas de ação, tanto da produção de materiais didáticos como na realização de cursos de formação continuada, já que passou a reunir professores/as das diferentes áreas do conhecimento no debate específico da Educação do Campo. Além disso, trouxe para o cenário educacional aqueles/as profissionais que atuam em escolas/colégios localizados no campo ou que recebem alunos oriundos do campo. Foram chamados a participar também dos cursos realizados representantes dos movimentos sociais e entidades do campo, organizações não governamentais, sindicatos, comunidades tradicionais, entre outras que representam as Escolas do Campo (MENDES, 2009, p34)

Neste sentido, está secretaria dialoga com professores que estão inseridos na Educação do Campo, bem como com os sujeitos que residem no campo, buscando através do diálogo o melhor para a Educação do Campo.

Percebemos que o objetivo de se criar uma Coordenação da Educação do Campo é o diálogo. Para tanto, são promovidos vários encontros com representantes do Estado e movimentos sociais. O primeiro deles aconteceu em setembro de 2003, num Seminário que ocorreu em Faxinal do Céu¹⁴/PR, onde estiveram reunidos representantes dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com a finalidade de propor e discutir política pública voltada para o campo, além da socialização das experiências vivenciadas por estes Estados (MENDES, 2009).

¹⁴ Centro de Formação dos Professores do Estado do Paraná, localizado na região central do estado, no município de Pinhão.

Em 2004 aconteceu o 1º Seminário Estadual da Educação do Campo: construindo políticas públicas, em que

Diante das discussões realizadas nos encontros e seminários surge o primeiro material didático que foi proposto e organizado pela Coordenação de Educação do Campo. Este caderno é constituído de textos dos professores Bernardo Mançano Fernandes, Roseli Saete Caldart, Sônia Fátima Schwendler, Miguel Gonzalez Arroyo e Maria do Socorro Silva. Sendo que estes professores ministraram conferências, palestras e compoendo mesas de debates, foi publicado em 2005 o reconhecido como “Caderno Temático da Educação do Campo - SEED/PR” (MENDES, 2009, p. 35).

Diante da organização proporcionada pela coordenação da Educação do Campo, nota-se que havia interesse em auxiliar e buscar junto com os povos do campo, movimentos sociais, professores e comunidade escolar soluções para esta modalidade de ensino.

É importante ressaltar que o material didático que estes autores elaboraram relata oficialmente as políticas públicas do Estado do Paraná, sendo que o mesmo gira em torno da Educação do campo, conversando com movimentos sociais. (MENDES, 2009).

Após a elaboração deste caderno é realizado o II Seminário Estadual da Educação do Campo, de 07 a 09 de abril de 2005 em Faxinal do Céu/PR. Com intuito de uma melhor discussão para uma política Estadual de Educação do Campo, foram discutidas as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo; articular ações junto ao MEC; e, planejamento de ações para a Educação do Campo no Estado (MENDES, 2009).

Observa-se que o movimento em prol da Educação do Campo passa a ser mais frequente e com mais pessoas em torno dessa temática. Não é apenas um movimento social que busca oportunidade para a Educação do Campo, são muitas pessoas que se manifestam em torno desta modalidade, e governo paranaense disposto a conversar com elas.

É importante ressaltar que só é possível discutir educação com a participação dos professores e membros da escola. Segundo a autora após esses debates surge a política de formação continuada para professores e nesse período os encontros são

descentralizados. Estes espaços buscam a socialização de experiências sobre teorias, metodologias e conteúdo. O objetivo desses encontros foi a organização e construção das Diretrizes Curriculares, que trazia o debate da Educação do Campo.

Novamente a SEED busca integrar professores e a troca de experiências entre os mesmos, o que é considerado importante não apenas na formação, mas também na troca de metodologia de ensino, buscando sempre o aprendizado.

Após todas essas discussões, aconteceu o I Simpósio Estadual da Educação do Campo em Faxinal do Céu/PR, este evento contou com a participação de 674 professores e professoras da Rede Estadual de Educação e representantes de movimentos sociais do campo.

Vale ressaltar, que este encontro buscava o debate das Diretrizes Operacionais e a construção das Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação do Campo no Estado do Paraná, essa ação se efetivou em 2006, quando as diretrizes são publicadas e distribuídas para escolas do Estado, prefeituras, movimentos sociais, organizações não governamentais, e Universidades (MENDES, 2009).

De acordo com estas diretrizes, as Escolas do Campo passariam a ter autonomia para elaborar calendário escolar, currículo, PPP, PTD, visando a adaptação a realidade em que a escola está inserida. Contribuindo para a gestão e prática pedagógica nas Escolas do Campo.

As diretrizes estão organizadas com o histórico da educação do campo, suas concepções aliam conceito, categorização dos povos do campo e por fim com os eixos temáticos e encaminhamentos metodológicos para a Educação do Campo, buscando sugestão de conteúdos e metodologias diferenciadas para esta escola. (PARANÁ, *apud* MENDES 2009).

Os encontros que aconteceram em prol da Educação do Campo que resultou em diretrizes, formação de professores e materiais didáticos, nos mostra que, para pensar educação é preciso a participação das pessoas que estão na escola e nas comunidades onde estas instituições estão situadas, pois são eles que conhecem a sua realidade. É neste contexto que está situada e é pensada a Educação do Campo, na participação popular.

Porém, ainda temos muito a fazer pela Educação do Campo, apesar de todos estes debates, nem sempre temos o reconhecimento e identificação da comunidade escolar no que diz respeito a escola ser do campo.

Desta maneira, dentre às políticas públicas no Estado do Paraná, visando todos os debates, que aconteceram sobre esta temática, pode-se destacar, as Diretrizes Curriculares para a Educação Pública do Estado do Paraná. Temos ainda o parecer CEE/CEB Nº.1011/10 que diz respeito às normas e princípios para implementação da Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino do Paraná e a definição da Identidade das Escolas do Campo.

Sendo assim, no próximo capítulo, trataremos sobre as Escolas do Campo no NRE Laranjeiras do Sul, buscando identificar as instituições do campo que fazem parte deste NRE, bem como o número de alunos por escola, para que assim seja possível identificar as razões que fundamentam a o fechamento das Escolas Estaduais do Campo neste NRE.

3. ESCOLAS DO CAMPO NO NÚCLEO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LARANJEIRAS DO SUL

O Núcleo Regional de Laranjeiras do Sul (NRE) está localizado no território conhecido como Cantuquiriguaçu¹⁵, sendo que este território conta com vinte municípios. Com dez atendidos pelo NRE Laranjeiras do Sul.

Esta região possui a maior concentração de terra indígena do Paraná uma área de 18.862 hectares e 2.397 habitantes. A Reserva Indígena Rio das Cobras, está situada no município de Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçu (Decreto 290/91), formada por povos Guarani Mbya e Kaingang, subdivididos em oito aldeias: Sede, Campo do Dia, Taquara, Pinhal, Lebre, Trevo, Papagaio e Vila Nova (MORAES, 2013).

No município de Laranjeiras do Sul encontra-se a Área Indígena Toldo Boa Vista, ainda não demarcada, com aproximadamente 37 famílias (CANTUQUIRIGAÇU, 2011).

Esta região também possui 4.600 famílias assentadas sendo o Marcos Freire um dos maiores assentamentos do Estado do Paraná. Este assentamento, começou com o cadastramento de famílias no ano de 1996, onde foram cadastradas cerca de 3.000 famílias, e mais 12.000 mil pessoas que se acamparam na BR 158. O território onde se localizam os assentamentos dessa região era uma área grilada pela empresa madeireira conhecida como Giacomet-Marondin, adquirida da Votorantim e hoje chamada Araupel.

Os assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, localizam-se nos municípios de Rio Bonito do Iguaçu e de Nova Laranjeiras, que compõem o Território da Cidadania Cantuquiriguaçu (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO, 2004).

¹⁵ Há 25 anos, mais especificamente no dia 07 de agosto de 1984, o então prefeito Valmir Gomes da Rocha Loures, de Laranjeiras do Sul, e João Ceccura, de Palmital, (ambos já falecidos) fundaram a associação dos municípios da Cantuquiriguaçu. O nome foi escolhido em virtude dos municípios associados se localizarem nos vales dos rios Cantu, Piquiri e Iguaçu. João Ceccura foi o primeiro presidente da Cantuquiriguaçu. A associação iniciou com sua sede em Curitiba e era formada, além de Laranjeiras do Sul e Palmital, por Altamira do Paraná, Guaraniaçu, Catanduvas, Ibema, Cantagalo, Turvo, Pinhão, Pitanga, Nova Tebas e Campo Bonito. Com o passar dos anos, os territórios foram se ajustando. Novos municípios surgiram e o grupo mudou sua formação. (disponível em: <http://cantuquiriguacu.com.br/sobre.php> acesso em 04 nov. 2019)

Aproximadamente 90% da área do assentamento Ireno Alves localiza-se dentro dos limites territoriais do município de Rio Bonito do Iguaçu, e parte em Nova Laranjeiras. O assentamento Marcos Freire, está 100% dentro dos limites do município de Rio Bonito do Iguaçu (PLANO DE CONSOLIDAÇÃO 2004).

O NRE-Laranjeiras do Sul atende os municípios de: Cantagalo, Diamante do Sul, Espigão Alto do Iguaçu, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu e Virmond. Este NRE possui um total de 69 escolas, dentre essas instituições, 8 são escolas indígenas e 24 escolas são Escolas do Campo. No Quadro abaixo mostramos os municípios que possuem Escolas do Campo no NRE Laranjeiras do Sul.

QUADRO 1: ESCOLAS DO CAMPO-NRE/LARANJEIRAS DO SUL.

RELAÇÃO INSTITUIÇÕES DO CAMPO NRE LARANJEIRAS DO SUL	
MUNICÍPIO	Escolas do Campo
Espigão Alto do Iguaçu	Escola Estadual do Campo de Linha Mato Queimado
	Colégio Rural Estadual Pedro Rufino de Siqueira
Laranjeiras do Sul	Colégio Estadual do Campo Joany Guilherme de Lima
	Colégio Estadual do Campo Valmir Nunes
Marquinho	Escola Estadual do Campo Professora Júlia Folda
Nova Laranjeiras	Escola Estadual do Campo de Buriti
	Escola Estadual do Campo Guaraí
	Colégio Estadual do Campo Guarani da Estratégica

	Colégio Estadual do Campo de Rio da Prata
	Colégio Rural Estadual Indígena Rio das Cobras
Quedas do Iguaçu	Colégio Estadual do Campo Alto Alegre
	Colégio Estadual do Campo Chico Mendes
	Escola Estadual do Campo Construindo Novos Caminhos
	Colégio Estadual do Campo Lageado Bonito
Rio Bonito do Iguaçu	Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak
	Colégio Estadual do Campo Ireno Alves dos Santos
	Colégio Estadual do Campo Joaquim Nasário Ribeiro
	Colégio Estadual do Campo José Alves dos Santos
	Colégio Estadual Rural Estadual de Pinhalzinho
	Colégio Estadual do Campo Ludovica Safraider
	Escola Estadual Sebastiao Estevam da Costa
Cantagalo	Colégio Estadual de Cavaco

Diamante do sul	Colégio Estadual Irma Rodrigues da Cruz
	Escola Rural Estadual Raios do Saber
Porto Barreiro	Colégio Estadual de Porto Santana

Fonte: NRE Laranjeiras do Sul (2019).
Elaborada pela autora.

Este NRE atende a instituições de ensino de diferentes localidades, dentre os dez municípios atendidos por este núcleo, apenas um não possui Escola do Campo, ou não tem escola identificada como do Campo, este município é Virmond, que possui apenas uma escola estadual.

As escolas citadas no quadro, apresentam em sua nomenclatura “Campo” ou se reconhecem como Escolas do Campo. Porém sabemos que um grande número de educandos veem do campo para estudar nas escolas da área urbana. Considerando o parecer CEE/CEB Nº 1011/10 que estabelece critérios para se definir a localização e a identidade das escolas do campo e diz ainda que não é simples, pelo contrário, exige primeiramente uma reflexão histórico conceitual sobre a definição do que é rural e o urbano. Entendemos:

Embasado no tripé: Escola-Sujeitos- Localização, ficou decidido que a Escola do Campo é aquela que se localiza nos perímetro rural e nos distritos dos municípios e recebem sujeitos oriundos do campo, tais como: pequenos agricultores, assentados, acampados, meeiros, posseiros, arrendatários, quilombolas, faxinalenses, boias-frias, entre outros (PARANÁ, 2010).

Nem todas as escolas que não se identificam como Escolas do Campo deixam de ser do campo. Estas instituições muitas vezes localizadas em perímetro urbano, mas possui a maioria de seus alunos oriundos do campo. Desta maneira, a identidade da escola do campo vai além do local onde está situada, precisa levar em consideração a quantidade de alunos do campo que frequentam essa escola.

Considerando a região em que o NRE Laranjeiras do Sul está situado com assentamentos, terras indígenas, agricultores familiares observa-se que outras escolas localizadas no perímetro urbano podem ser consideradas do campo. Segundo o parecer CEE/CEB Nº 1011/10 a Coordenação da Educação do Campo realizou uma pesquisa juntamente com os NRES do Estado em 2007 segundo essa pesquisa “no Paraná existem 161 escolas que podem ser identificadas como Escolas do Campo.” Entretanto a comunidade escolar não identifica essa escola como do campo (PARANÁ, 2010, p. 13)

Diante desse contexto o NRE Laranjeiras do Sul possui 4.361 alunos matriculados nas Escolas do Campo¹⁶, no ano de 2019, conforme Quadro 2:

QUADRO 2: ESCOLAS DO CAMPO E NÚMERO DE ALUNOS-NRE/LARANJEIRAS DO SUL.

RELAÇÃO INSTITUIÇÕES DO CAMPO NRE LARANJEIRAS DO SUL		
MUNICÍPIO	ESCOLAS DO CAMPO	ALUNOS MATRICULADOS
Espigão Alto do Iguaçu	Escola Estadual do Campo de Linha Mato Queimado	28

¹⁶ Dentre as escolas, 8 delas recebem o programa Residência Pedagógica, este programa é uma parceria da Universidade Federal da Fronteira Sul e Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES), O Programa Residência Pedagógica - PRP no contexto da UFFS-LS tem por objetivo fortalecer e qualificar o trabalho de Estágio Curricular Supervisionado, por meio de estudos pertinentes ao exercício da docência, da imersão coletivamente planejada e sistemática do acadêmico de licenciatura visando a vivência e a experimentação de situações concretas do cotidiano escolar e da sala de aula, por sua vez, do estreitamento permanente da relação entre os cursos de licenciatura da UFFS e a Educação Básica. Na realidade do Campus Laranjeiras do Sul, considerando a demanda dos cursos de licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza, Matemática e Ciências Agrárias e Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, o PRP está organizado em três Núcleos, distribuídos no Colégio Estadual Indígena Koj Ty Han Ja, no Colégio Estadual do Campo Ireneo Alves dos Santos, no Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, no Colégio Estadual Sebastião Estavam da Costa, no Colégio Rural Estadual Indígena Rio das Cobras, no Colégio Estadual Olga Benário Prestes e no Colégio Estadual do Campo Joany Guilherme de Lima. O PRP UFFS-LS conta com a inserção de 55 acadêmicos-bolsistas e 4 acadêmicos-voluntários, 7 professoras/es preceptores vinculadas/os à Educação Básica e 5 professoras/es da UFFS que atuam na Coordenação dos Núcleos (Disponível em <https://moodle-projetos.uffs.edu.br/> acesso em 22/11/2019).

	Colégio Rural Estadual Pedro Rufino de Siqueira	127
Laranjeiras do Sul	Colégio Estadual do Campo Joany Guilherme de Lima	93
	Colégio Estadual do Campo Valmir Nunes	48
Marquinho	Escola Estadual do Campo Professora Júlia Folda	35
Nova Laranjeiras	Escola Estadual do Campo de Buriti	31
	Escola Estadual do Campo Guaraí	43
	Colégio Estadual do Campo Guarani da Estratégica	211
	Colégio Estadual do Campo de Rio da Prata	155
	Colégio Rural Estadual Indígena Rio das Cobras	211
Quedas do Iguaçu	Colégio Estadual do Campo Alto Alegre	81
	Colégio Estadual do Campo Chico Mendes	760
	Escola Estadual do Campo Construindo Novos Caminhos	87
	Colégio Estadual do Campo Lageado Bonito	53
	Colégio Estadual Olga Benário Prestes	167

Rio Bonito do Iguçu	Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak	811
	Colégio Estadual do Campo Ireneo Alves dos Santos	174
	Colégio Estadual do Campo Joaquim Nasário Ribeiro	95
	Colégio Estadual do Campo José Alves dos Santos	108
	Colégio Estadual Rural Estadual de Pinhalzinho	127
	Colégio Estadual do Campo Ludovica Safraider	456
	Escola Estadual Sebastiao Estevam da Costa	94
Cantagalo	Colégio Estadual de Cavaco	166
Diamante do sul	Colégio Estadual Irma Rodrigues da Cruz	64
	Escola Rural Estadual Raios do Saber	33
Porto Barreiro	Colégio Estadual de Porto Santana	103

Fonte: NRE Laranjeiras do Sul (2019).
Elaborada pela autora..

Os colégios: Colégio Estadual de Cavaco, Colégio Estadual Irma Rodrigues da Cruz, Escola Rural Estadual Raios do Saber, Colégio Estadual de Porto Santana, não constam na lista do NRE-LS como Escola do Campo. Todavia no Processo Seletivo Simplificado para contratação de professores (PSS), essas escolas aparecem como do campo, pois estão localizadas em área rural do município.

Nota-se que o número de alunos das Escolas do Campo oscila entre 28 e 811. Qual será o motivo dessa diferença? Considerando que as escolas com maior número de alunos são o Colégio Estadual do Campo Chico Mendes com 760 alunos e o Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak¹⁷ com 811 alunos. Elas possuem o maior número, pois estão localizadas em terras do Movimento dos trabalhadores Rurais (MST), os maiores assentamentos do Estado.

QUADRO 3: ESCOLAS SITUADAS EM ASSENTAMENTOS

Rio Bonito do Iguaçu	Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak
	Colégio Estadual do Campo Ireno Alves dos Santos
	Colégio Estadual do Campo José Alves dos Santos
	Escola Estadual Sebastiao Estevam da Costa
Quedas do Iguaçu	Colégio Estadual do Campo Chico Mendes
	Colégio Estadual Olga Benário Prestes

Fonte: NRE Laranjeiras do Sul (2019).
Elaborada pela autora,

Acredita-se que o êxodo rural colabora na diminuição do número de alunos das Escolas do Campo. No entanto precisamos levar em consideração que hoje as famílias diminuíram o número de filhos devido à dificuldade financeira para manter os mesmos, visto que o trabalho no campo em sua grande maioria passou a ser realizado por máquinas agrícolas, diminuindo o número de mão de obra para sua realização.

¹⁷ Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak de Rio Bonito do Iguaçu, exemplo de luta e resistência, funcionando dentro de um assentamento, sendo escola base das nove escolas itinerantes do MST no Estado do Paraná. A escola atua com uma proposta pedagógica diferenciada, com ciclos de formação humana, conselho de classe participativo, classe intermediária, diálogo e início da implantação dos Complexos de estudo, dentre outras especificidades que coloca o educando como ser humano, e não meramente como um aluno receptor do conhecimento racional tradicional apresentado pelo Estado sem dialogar com a realidade (MORAES, 2013).

Também podemos destacar que o repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação¹⁸ (FUNDEB) e as políticas educacionais com o financiamento do transporte escolar pelo Ministério da Educação, que tem repassado recursos para que os municípios e Estados adquiram ônibus para transporte de estudantes, tem fortalecido o processo de nuclearização de Escolas do Campo (MARIANO; SAPELLI, 2014).

Desta maneira, identificamos que dentre as escolas, algumas têm um baixo número de alunos, possivelmente estas instituições entraram para o processo de fechamento.

Acredita-se que ao fechar as escolas do campo o educando terá que se deslocar para outra escola, muitas vezes distantes de sua casa, levando os mesmos ao uso do transporte escolar. Porém segundo o parecer CEE/CEB Nº 1011/10 (PARANÁ, 2010) as mantenedoras de Escolas do Campo devem dispor de transporte escolar quanto necessário para o deslocamento dos estudantes da comunidade para a escola, considerando:

I - as normas do Código Nacional de Trânsito, que se referem às condições legais-qualitativas do transporte; II - quando necessário deslocamento, que seja oferecido, preferencialmente, intracampo, estabelecendo o menor tempo de permanência dos alunos dentro do referido transporte; III - garantir que o deslocamento do trajeto casa do aluno ao ponto de embarque e desembarque ocorra conforme legislação e orientações vigentes; IV - o eventual transporte de crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência, deverá adaptar-se às condições desses alunos, conforme leis específicas (PARANÁ, 2010).

Por outro lado, a realidade nem sempre é a prevista em lei. Levando em consideração a extensão rural dos municípios pertencentes a este NRE, é notório que o tempo de deslocamento dos alunos chega a ser de cem minutos¹⁹. Considera-se

¹⁸ O FUNDEB atende toda a Educação Básica, da creche ao Ensino Médio, está em vigor desde janeiro de 2007 e se estenderá até 2020. Financiando todas as etapas da educação básica e reserva recursos para os programas direcionados a jovens e adultos. O principal objetivo é promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação. A destinação dos investimentos é feita de acordo com o número de alunos da educação básica, com base em dados do censo escolar do ano anterior. (Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/fundeb> acesso 04 nov. 2019)

¹⁹ Caso dos alunos que se deslocam da comunidade Rio do Tigre no interior do município de Laranjeiras do Sul, porém vale lembrar que nesta comunidade tem um escola do Campo, mas devido as condições da escola e ao fechamento de algumas turmas os alunos deslocam-se para escolas do centro.

que este tempo no transporte escolar faz com que o educando chegue na escola cansado, afetando o seu desempenho escolar.

Também podemos considerar que o fato de estar fora de sua realidade, leva o aluno a ter o desinteresse durante as aulas, levando ao baixo índice de aprendizagem, e a reprovação destes educandos, como consequência muitos acabam desistindo de estudar.

QUADRO 4: ESCOLAS INDÍGENAS DO NRE-LS.

Nova Laranjeiras	Colégio Estadual Indígena Professora Candoca Tãhprág Fidêncio
	Colégio Estadual Indígena Carlos Alberto Cabreira Machado
	Colégio Estadual Indígena Feg-Prag Fernandes
	Escola Estadual Indígena José Nestor Bonifácio
	Colégio Rural Estadual Indígena Rio das Cobras
	Escola Estadual Indígena Coronel Nestor da Silva
Laranjeiras do Sul	Escola Estadual Indígena Ko Homu
Espigão Alto do Iguaçu	Colégio Estadual Indígena Valdomiro Tupã Pires de Lima

Fonte: NRE Laranjeiras do Sul (2019).
Elaborada pela autora.

As escolas indígenas tem amparo legal para possuir um PPP adequado a sua realidade, neste os mesmos são aparados para vender seus artesanatos, uso de língua materna dentro da escola e sala de aula, bem como ter sua cultura valorizada e respeitada.

Diante disso, é importante entender como o ocorre o processo de fechamento das escolas do campo no NRE Laranjeiras do Sul, para identificar quais impactos causam na educação de crianças e jovens destas localidades, bem como na comunidade geral.

No próximo capítulo abordaremos sobre o fechamento de escolas estaduais no NRE-LS buscando compreender como ocorre este processo.

4. O PROCESSO DE FECHAMENTO DAS ESCOLAS ESTADUAIS NRE LARANJEIRAS DO SUL

Fechar escolas é uma negação de direitos, pois rompe com os vínculos estabelecidos entre a comunidade e a escola. (PEREIRA, 2017). No artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu parágrafo único, incluso pela Lei nº 12.960, de 2014:

O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.(BRASIL, 1996)

A decisão de fechar escola do campo deve ser compartilhada com a comunidade escolar, sendo que a mesma aprovará ou não este fechamento ou desativação da escola. Vale ressaltar que quando se trata do fechamento da escola nem sempre a comunidade é convidada a discutir se é necessário este procedimento ou não. Ou seja esta decisão é tomada apenas por membros da escola ou entidades que detém o poder.

A desvinculação das instituições de ensino é tratada, de maneira geral, na Deliberação Nº 03/13-CEE/PR. Posteriormente, a Lei Nº 12.960/2014 alterou a Lei Nº 9.394/1996 para fazer constar: a exigência de manifestação do órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas; a análise do diagnóstico do impacto social; e, a manifestação da comunidade escolar, requisitos estes não previstos, expressamente e nestes termos, na Deliberação Nº 03/13-CEE/PR.

Art. 79. A cessação de atividades escolares pode ser:

I – voluntária, denominada “Cessação Voluntária de Atividades Escolares”;

...Art. 80. A cessação voluntária deverá ser solicitada à SEED/PR pelo responsável da instituição de ensino, em expediente específico, depois de ouvido o Conselho Escolar, no caso de instituição da rede pública, contendo

exposição de motivos e procedimentos a serem adotados para a salvaguarda dos direitos dos alunos.

§ 1º O expediente referido no caput deve ser protocolado com antecedência mínima de cento e oitenta dias da data da cessação pretendida.

§ 2º Após análise do pedido, havendo parecer favorável, a autoridade competente da SEED expedirá ato autorizatório próprio de cessação das atividades, com cassação dos atos legais e determinação de medidas cabíveis para a salvaguarda dos documentos e da vida escolar dos alunos.

§ 3º Expedido o ato autorizatório de cessação de atividades escolares, a instituição de ensino deve comunicar o fato, por escrito, aos pais ou responsáveis, no prazo máximo de dez dias úteis

§ 4º A cessação de atividades somente será autorizada após a conclusão do período letivo em andamento, de acordo com o regime de matrícula e funcionamento da instituição de ensino, considerando, ainda, a modalidade adotada pela instituição de ensino.

§ 5º É responsabilidade da instituição de ensino cumprir, com exatidão, o plano de execução de cessação, garantindo direitos de alunos, com particular atenção para a expedição de documentação escolar.

§ 6º A SEED instituirá comissão especial para acompanhamento de processo de cessação de atividades, com objetivo de garantir direitos dos alunos, na forma do ato autorizatório de cessação. (PARANÁ, 2013, p. 23 grifo nosso).

Neste caso para que uma escola seja fechada algumas normas precisam ser cumpridas, além do ter o acompanhamento de uma comissão da SEED para que os alunos não fiquem sem estudar. As exigências que devem ser cumpridas estão na Deliberação Nº 03/13-CEE/PR:

I - justificativa: apresentada pela entidade mantenedora (Secretaria de Educação Estadual ou Municipal, conforme o caso), considerando os aspectos da política educacional da modalidade em questão, contendo:

a) número de estudantes atendidos na escola em análise, por ano e série, nos últimos dez anos ou, durante todo o período em que a escola foi credenciada;

b) relação dos estudantes matriculados;

c) relação do corpo docente com indicação de sua respectiva formação e dos demais servidores, informando os locais de suas residências;

d) mapa do território contendo a escola em questão e as demais escolas públicas com a distância entre elas;

e) número de estudantes residentes e/ou oriundos do campo, de cada escola relacionada no mapa;

f) estrutura física da instituição de ensino informando o número de salas de aula e outros espaços físicos, bem como a situação das condições de uso; (PARANÁ, 2013, p. 23).

Além das normas para o fechamento de escolas, é preciso informar a quantidade de trabalhadores desta escola, bem como analisar os impactos que serão causados na comunidade.

IV - Manifestação da Comunidade Escolar expressa em Ata legível decorrente de Assembleia Geral convocada mediante Edital, com antecedência mínima de 15 dias da data da reunião, onde conste, no mínimo: data de realização da reunião, relação anexa de participantes e suas representações, os coordenadores da Assembleia, dados apresentados e assuntos levantados pela coordenação e pelos participantes, decisão tomada e a proporção ou número de votos dos participantes diante das propostas apresentadas. (PARANÁ, 2013,24)

Os critérios para o fechamento de escolas são muitos, demandando um certo tempo e critério por meio dos que têm interesse nesse fechamento.

Diante desses apontamentos podemos observar que daqui algum tempo teremos neste NRE escolas fechadas, seja por falta de alunos ou por falta de recursos, mas principalmente por falta de políticas públicas para os povos que vivem no campo. Desta maneira é fundamental um olhar diferenciado para esses povos que vivem e lutam pela terra. O excesso de pessoas nas cidades vem do grande número de êxodo rural, é neste contexto, que precisamos de Políticas Públicas para o campo, para que os jovens que ali estão possam permanecer no campo.

Percebemos que muitas são as justificativas para se fechar as escolas, inicia fechando turmas; concentrando o trabalho da escola em apenas um período; nuclearizando as escolas; criando a convicção que a escola da cidade é melhor e conseqüentemente transportando os estudantes para elas. O fechamento de escolas do campo é um movimento que vem ocorrendo em todo o Brasil, alguns com maior aceite por parte da população, outros com muitos debates e movimentos para o não fechamento de escolas do campo.

Não podemos deixar de falar do agronegócio que vem avançando e muito, sendo que o mesmo é considerado uma das principais causas do fechamento de escolas, pois a monocultura a concentração de terra e as maquinas que substituem o trabalho braçal acaba contribuindo no êxodo rural.

Durante a busca de dados das instituições do Campo no NRE, em uma conversa informal com a responsável pela Educação do Campo deste núcleo, informaram-me que o processo de fechamento das escolas do campo acontece devido ao baixo número de alunos, este processo inicia-se fechando turmas por não possuir alunos “suficiente” para que as turmas continuem ativas, sendo que o mesmo acontece de um ano para o outro. Como consequência a esta falta de alunos temos o processo de fechamento das escolas.

Podemos perceber que o número de alunos por escola oscila entre 28 a 811, ou seja, as escolas que possuem o menor número de alunos podem estar em processo de fechamento, não se sabe quanto tempo esse processo vai durar nem quanto tempo as escola e pessoas do campo precisaram lutar para ter a Escola do Campo no Campo.

Constata-se que movimentos contra o fechamento de escolas estão acontecendo em todo o país, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que lançou em 2011 uma campanha nacional contra o fechamento de escolas, com o lema: “Fechar Escola é Crime”, esta campanha buscava discutir o fechamento das escolas. Conforme figura 1.

FIGURA 1: Fechar escola é crime.:

Fonte: MST, (2011).

Identifica-se que apesar de todo o movimento contra o fechamento de escolas, das leis e diretrizes ainda existem escolas sendo fechadas, diante desse contexto entendemos que a escola do campo é essencial para quem vive e trabalha no campo, pois ter escola nos remete a ter crianças, jovens famílias no campo.

Compreendemos a Escola do Campo como fundamental para esses povos, para que estes tenham o acesso à educação visto que a escola está na comunidade. É a partir deste entendimento que acreditamos que fechar Escolas do Campo não é uma solução, trata-se de um problema que tem impacto não apenas para alunos e professores, mas na comunidade, por este motivo deve ser analisado, buscando entender este impacto.

Diante deste entendimento a Articulação Paranaense Por uma Educação do Campo lança os sete passos para impedir o fechamento de escolas do campo, conforme figura 2:

FIGURA 2: Passos para impedir o fechamento de escolas do campo.

COMO IMPEDIR O FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO

Se a escola da sua comunidade receber o comunicado de fechamento de turmas, turno ou até mesmo de escola, toda a comunidade deve se reunir (pais, mães, responsáveis por estudantes, professores, alunos e lideranças), para juntos discutir essa situação. Abaixo sugerimos alguns procedimentos:

- 1. Organizar uma assembleia geral:** reunir a comunidade escolar, responsáveis pela educação (município e do estado), para uma assembleia na escola para discutir sobre esse fato. Se possível convide órgãos da imprensa, representantes de Movimentos Sociais e Universidades próximas, Articulação Paranaense por uma Educação do Campo na sua região. Nesta assembleia elaborar dois documentos:
Documento 1: Uma Ata com a decisão da comunidade, justificando o porquê não pode fechar a escola, todos devem assiná-la;
Documento 02: Organizar um abaixo assinado, solicitando a permanência da turma, turno e escola. Todos os presentes devem assinar (estudantes, comunidade, autoridades, representantes dos Movimentos Sociais e Universidades). Se houver tempo hábil, estender a lista para outras pessoas da comunidade que não compareceram à assembleia.
- 2. Organizar uma comissão** com a representação dos pais, mães, educandos, lideranças e professores para encaminhar os documentos ao Ministério Público e à Secretaria Municipal de educação e/ou Núcleo Regional de Educação.
- 3. Encaminhar os documentos para o Ministério Público:** a ata e o abaixo assinado devem ser protocolados, oficializando a denúncia.
- 4. Solicitar uma reunião com a promotoria pública** pessoalmente. Atenção! É importante e fazer a denúncia levar uma cópia de todos os documentos, bem como, guardar uma cópia na comunidade.
- 5. Fazer reunião com vereadores, Secretaria Municipal de Educação e/ou Núcleo Regional de Educação** e apresentar os documentos (ata e abaixo assinado) solicitando revisão do encaminhamento de fechamento da escola.
- 6. Fazer a divulgação na imprensa local:** as discussões da comunidade devem ser divulgadas na imprensa local (rádio e jornal) e em outros ambientes para que se possa ter o apoio amplo da sociedade.
- 7. Encaminhar a denúncia para Articulação Paranaense por uma Educação do Campo** no e-mail: articulacaopr@gmail.com ou disque denúncia (42) 3621-1462.

Lembramos que não é o número de educandos(as) que garante a manutenção das escolas do campo, isso depende muito mais da organização e união comunitária.

Lembre-se: a união da comunidade é o fator importante para enfrentar o fechamento de escolas!

Fonte: Articulação Paranaense Por Uma Educação do Campo, 2015.

Para não fechar escolas do campo entendemos que a colaboração entre, comunidade, município, Estado e escola é fundamental, visto que a maioria das escolas estaduais e municipais funcionam no mesmo espaço. Segundo o Parecer Nº 01/2018 Processo Nº 880/18 a organização territorial, destas localidades possui característica geográfica, social e econômica distinta. É neste contexto que entendemos a organização e a participação da comunidade é fundamental no movimento contra o fechamento de escolas do campo.

Acreditamos ser essencial organizar uma assembleia com a comunidade e registrar em ata as decisões que a comunidade tomar. Também é interessante confeccionar um abaixo assinado com o maior número de assinaturas possíveis. Para que os órgãos responsáveis pela educação tenham consciência da importância desta escola na comunidade.

A união da comunidade diante do fechamento de escolas é indispensável, pois assim o movimento ganha força.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar que na Educação Rural havia a negação do sujeito do campo e este espaço era visto como atrasado. Sendo assim, não precisava de educação escolar, visto que nesta época os povos do campo eram vistos apenas como mão de obra. Diante disso, consegue-se entender de onde vem tanta desvalorização dos sujeitos do campo, falta de políticas públicas e recursos para estas famílias.

No âmbito da Educação do Campo este espaço é visto como essencial, como um espaço de direitos, cultura, valores, de pessoas que buscam um reconhecimento perante governos e sociedade. Esta modalidade de Educação considera que o educando traz de casa para a escola conhecimento, e o mesmo deve ser respeitado e valorizado, levando em consideração a cultura dos diferentes povos que estão no campo.

Para tanto, tem-se assegurado na legislação o direito a educação, enfatizando que os povos devem ser educados no espaço onde vivem, havendo para estas escolas, calendário escolar diferenciado, metodologias de ensino que valorizem esta cultura e adaptem-se ao campo.

Percebemos que no Estado do Paraná, a discussão e o movimento em prol da Educação do Campo foi valorosa, que se sentiu a necessidade de criação de uma coordenação específica para atender a esta modalidade de educação. Os debates, simpósios, seminários, reuniões foram árduos nesta discussão. Para tanto criaram-se diretrizes e pareceres garantindo a autonomia das Escolas do Campo.

Por outro lado, estranha-se que um Estado Pioneiro nos debates em Prol da Educação do Campo ainda não tenha concurso específico para professores desta modalidade de ensino, levando em consideração os cursos de Licenciatura em Educação do Campo que foram criados, bem como o número de pessoas formadas.

Constata-se no NRE-LS, que historicamente ocorreram o fechamento de escolas e de turmas, portanto, estas instituições estão em processo de fechamento. Diante do comunicado de fechamento da escola a comunidade precisa se organizar com reuniões, assembleias, enfim discutir porque não fechar a Escola do Campo, mas

todas estas conversas precisam estar em Ata com a assinatura de todos os participantes. As discussões da comunidade podem ser divulgadas na imprensa local para que se possa ter o apoio amplo da sociedade.

Ao discutir o fechamento de escolas do campo, percebemos que este tema não é novo. Porém enquanto não acontece na nossa escola, em nossa comunidade não nos manifestamos, mas precisamos estar atentos, pois deixamos de nos manifestar quando turmas são fechadas, acreditamos que será apenas naquele ano, e o tempo passa e quando vemos se fechara a escola. Por este motivo acreditamos que este trabalho possa colaborar, ao se analisar os números da Educação do Campo neste núcleo, contribuindo com estudos e discussões para o não fechamento de escolas.

Acreditamos na importância de dar continuidade a este tema, visto que o movimento de fechamento de escolas está acontecendo em todo o Brasil. Afetando alunos, professores e comunidade regional.

REFERÊNCIAS

ARTICULAÇÃO PARANAENSE POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. **Como impedir o fechamento de escolas do campo**. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008. **Diretrizes complementares da Educação Básica do Campo**. Brasília, DF, 29 abr. 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI**. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

CALDART, Roseli Salete Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro vol. 7, n.º 1 p.35-64, mar./jun. 2009.

CANTUQUIRIGUAÇU, Associação dos Municípios da Cantuquiriguaçu. **Plano diretor para o desenvolvimento dos municípios da Cantuquiriguaçu**. Laranjeiras do Sul-PR, 2003.

CARDART, Roseli Salete. Por uma Educação do Campo: Traços de Uma Identidade em Construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; _____; MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação do campo**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2011. p. 149-158

FARIAS, Maria Isabel. **Os processos de territorialização e desterritorialização da educação do campo no sudoeste do Paraná**. 2014. 129 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salete. Et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012 p. 746-750.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Projeto societário contra-hegemônico e educação do campo: desafios de conteúdo, método e forma. In: Munarim, A. et al. (org.). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010. p. 19-46.

LEITE, Sergio. Celani. **Escola Rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 2002.

LENARTOVICZ, Lucas Emanuel Políticas Públicas da Educação do Campo: contribuições e dilemas. 2017

MARIANO, Alessandro Santos. SAPELLI, Marlene Lúcia Siebert. **Fechar escola é crime social: Causas, impactos e esforços coletivos contra o fechamento de escolas no campo**. 6º Seminário Nacional Estado Políticas Sociais e 2º seminário de direitos humanos. 2014.

MENDES, Marciane Maria **A Escola do campo e seu significado: O ponto de vista de professores e professoras da Rede Estadual de Educação do Paraná**. Curitiba 2009 171 P. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Paraná.

MENDES, Marciane Maria. **Especificidades da educação e da escola do campo: documentos oficiais e produção bibliográfica em análise (1996-2016)**. - Curitiba, 2017. 247 p Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete. Et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012 p. 326-333.

MORAES, Vitor de. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu – Estado do Paraná: a participação dos movimentos sócio territoriais e o papel do estado**. (Dissertação de mestrado) – Presidente Prudente: 2013 (315 p)

MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **FECHAR ESCOLAS É CRIME!** Numero 46, junho 2011. Disponível em: <<http://antigo.mst.org.br/campanha-fechar-escola>>.

MUNARIM, A. Elementos para uma política pública de educação do campo. In: MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba, 2006

PEREIRA, Camila Casteliano. **A política de fechamento de escolas no campo na região metropolitana de Curitiba**. 2017. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2017.

Plano de Consolidação do Assentamento Ireno Alves Santos, Rio Bonito do Iguaçu e Nova Laranjeiras – PR, volume 1, 2, 3, Brasília- DF/ julho de 2004.

Plano de Consolidação do Assentamento Marcos Freire, Rio Bonito do Iguaçu – PR, volume 1, 2, 3, Brasília – DF/2006.

PORTO BARREIRO. **Carta de Porto Barreiro**, 2000.

ROSA, Luana Carletto da. **Fechamento das escolas do campo** análise do município de Nova Laranjeiras. 2015. P 50 TCC (licenciatura em educação do Campo). Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul 2015.

SEGANFREDO, Katia Aparecida. **Comitê estadual da educação do campo: a materialização da luta política no âmbito da educação do campo no Paraná**. Tese (doutorado em educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba. 2014.

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da, NETO, Mário Borges **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO**: percursos históricos e possibilidades. Entrelaçando Revista Eletrônica de Culturas e Educação. Caderno temático: Cultura e Educação do Campo N. 3 p. 45-60, Ano 2 (Nov./2011).

SILVA JÚNIOR, Astrogildo Fernandes da, NETTO, Mário Borges. **POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO**: percursos históricos e possibilidades Entrelaçando - **Revista Eletrônica de Culturas e Educação** Caderno temático: Cultura e Educação do Campo N. 3 p. 45-60, Ano 2 (Nov/2011).

SILVA, Lourdes Helena e COSTA, Vânia Aparecida. Educação Rural. Revista **Presença Pedagógica**, v. 12 n. 69 mai./jun. 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. O movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção de políticas públicas **Eccos Revista Científica**, vol. 11, núm. 1, janeiro-junho, 2009, pp. 39-56.

TORRES, Júlio Cesar. SILVA, Claudio Rodrigues da, MORAES, Agnes Lara Domingos. Escola Pública no Campo: retrospectiva e perspectivas em um contexto de projeto político em disputa. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 262-272, 2014.